



**Estudo de Impacte Ambiental do Projeto
de Desenvolvimento Turístico e Ambiental
de Vila Formosa
(Estudo Prévio)
Resumo Não Técnico
Real Formosa, S.A.
Julho 2012**



1 INTRODUÇÃO

Neste documento apresenta-se o Resumo Não Técnico (RNT) do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa, nos termos da legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro¹), que estabelece o regime jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental.

O proponente deste Projeto, que se encontra em fase de Estudo Prévio, é a Real Formosa S.A., com sede na Rua António Enes n.º 19, 2º Dto. 1050-023 Lisboa, sendo a entidade competente para o licenciamento do Projeto a Câmara Municipal de Odemira.

O Estudo de Impacte Ambiental desenvolveu-se entre outubro de 2007 e janeiro de 2012, tendo sido desenvolvido pela **Matos, Fonseca & Associados, Lda.**, e integrando uma equipa de técnicos especialistas na análise dos vários temas/descriptores estudados, técnicos esses que estão identificados no Relatório Técnico do Estudo de Impacte Ambiental. O Estudo teve por suporte elementos bibliográficos, informações obtidas junto de diversas entidades e reconhecimentos e levantamentos de campo efetuados na área em estudo.

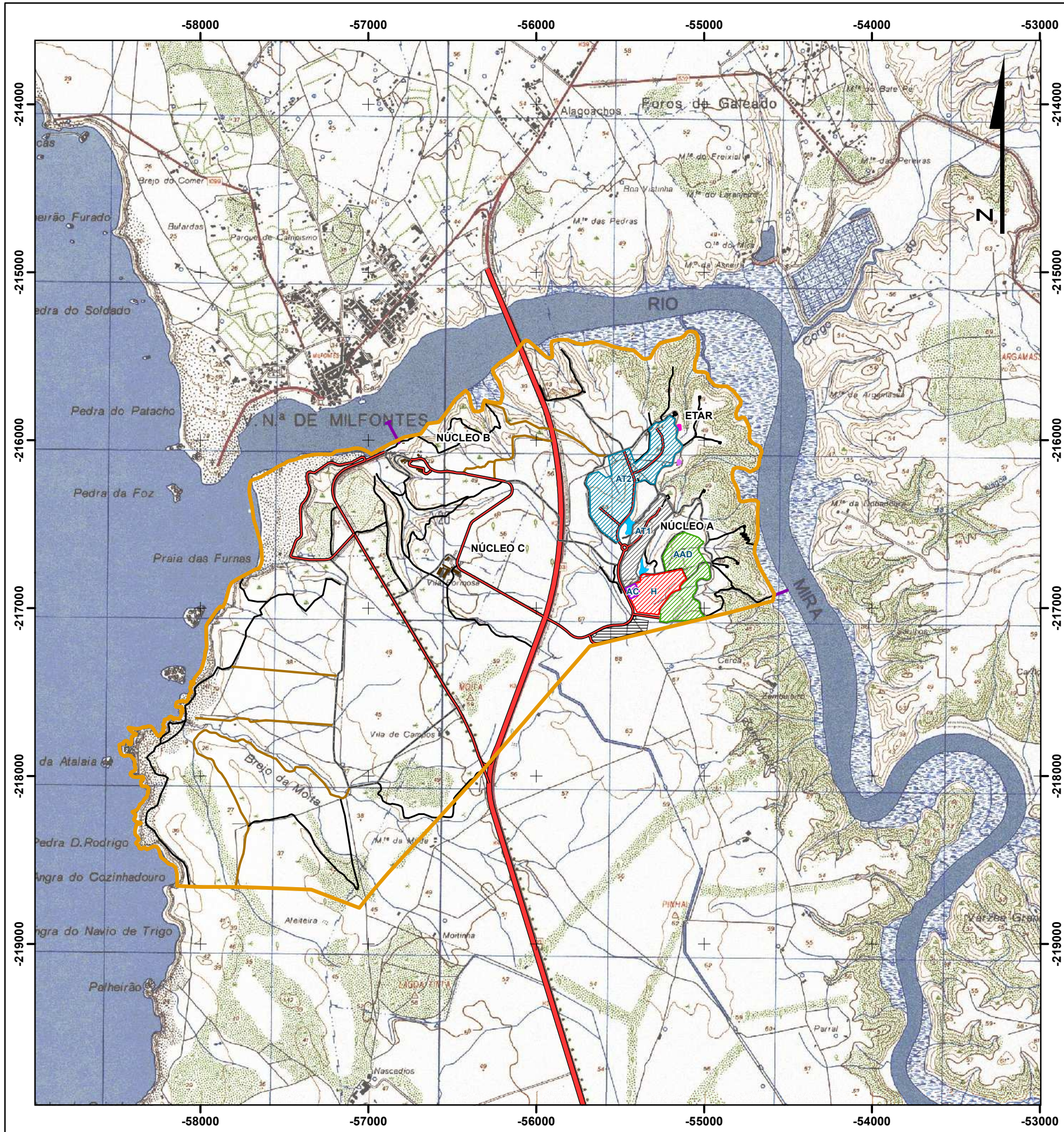
Neste Resumo Não Técnico apresentam-se, sumariamente, os resultados dos estudos realizados. Para obtenção de informações mais detalhadas e/ou pormenorizadas deverá ser consultado o Relatório Técnico do Estudo de Impacte Ambiental.

2 LOCALIZAÇÃO

O Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa localiza-se nas herdades de Vila Formosa e de Montalvo – com 646 ha e 60 ha, respetivamente - distrito de Beja, concelho de Odemira, freguesia de Longueira/Almograve, na margem esquerda da foz do rio Mira em frente à povoação de Milfontes. A propriedade é banhada a oeste pelo Oceano Atlântico numa extensão de aproximadamente 3 km, e a norte e leste pelo rio Mira, desde a foz até cerca de 5 km a montante. A propriedade é atravessada pela EN 393 que estabelece a ligação a Vila Nova de Milfontes a cerca de 1 km, através da ponte sobre o rio Mira (vd. Figura 1).

A área de estudo está inserida a nível nacional no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). A nível comunitário encontra-se inserida na Zona de Proteção Especial (ZPE), com a designação PTZPE0015 – Costa Sudoeste, no Sítio Rede Natura 2000, com designação a PTCON0012 – Costa Sudoeste, e na Área Importante para Aves (IBA) com a designação PT031 – Costa Sudoeste.

¹ Retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro.



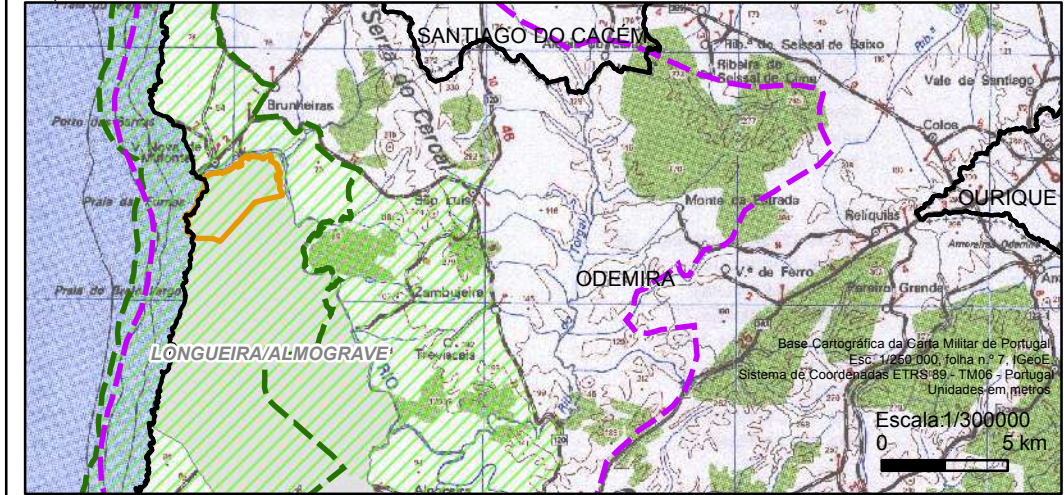
Base Cartográfica da Carta Militar de Portugal, Esc. 1/25 000, folha n.º 544 (1991), IGeoE.
 Sistema de Coordenadas ETRS 89 - TM06 - Portugal
 Unidades em metros

Escala: 1/25000
 0 500 m

Localização da área de estudo



Enquadramento Administrativo



Área de Estudo
 Parque Natural Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
 PTC0N0012 - Costa Sudoeste
 PTZPE0015 - Costa Sudoeste
 Limite de Concelho
 Limite de Freguesia

Legenda

- Área de Estudo
- Infraestruturas de Projeto**
- NÚCLEO A**
- AT1 Aldeamento Turístico 1
- AT2 Aldeamento Turístico 2
- H Hotel
- AC Área Comercial
- AAD Área de Animação e Desporto
- Parque de estacionamento
- Edifício de apoio ao turismo da natureza
- Bacias de retenção de águas pluviais
- ETAR
- Ancoradouro
- NÚCLEO B**
- Edifícios existentes
- Ancoradouro
- NÚCLEO C**
- Edifícios existentes
- REDE VIÁRIA**
- Ligação externa principal (EN393)
- Rede viária interna principal
- Percursos pedonais principais (trânsito automóvel condicionado)
- Percursos secundários estruturantes
- Trilhos

Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa
 - Resumo Não Técnico -

Figura 1 - Localização e Enquadramento Administrativo do Projeto





3 OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

O Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa tem como objetivo a criação de um conjunto de espaços e infraestruturas que proporcionem atividades turísticas, de diversas tipologias, mas também um conjunto de equipamentos para a prática de atividades desportivas e/ou de lazer, como o recreio náutico, e para a organização de eventos sociais, comerciais ou científicos, como congressos, e/ou atividades culturais e de aprendizagem, de qualidade, numa região cujo enquadramento paisagístico, geográfico e climático se apresenta como extremamente favorável.

O Projeto em análise enquadra-se no Programa Nacional de Turismo de Natureza visando, assim, a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade, a manutenção dos valores culturais e sociais – identidade da comunidade, a contribuição para o desenvolvimento económico local – utilização dos produtos e valorização dos saberes locais e a revitalização das atividades ligadas às economias tradicionais.

Turismo; agricultura; pastorícia; floresta; conservação da natureza e cultura são apostas que no seu conjunto surgem na continuidade das apetências naturais desta paisagem em concreto. Esta abordagem, de certa forma pioneira, nomeadamente em Portugal, permite ensaiar um modelo que possa servir de exemplo a projetos futuros nesta área do turismo.

A existência de um empreendimento turístico de qualidade no concelho de Odemira permitirá beneficiar e valorizar a beleza de um recurso concelhio, precioso, a sua costa oceânica com quase 55 quilómetros de extensão. Paralelamente, pode promover a requalificação do setor turístico sub-regional, que hoje é caracterizado por um modelo de ocupação algo antiquado, pouco indutor de valor para a economia local e em alguns casos com uma forte pressão sobre os espaços naturais que importa preservar.

Estima-se que cerca de 75% dos utentes deste Projeto sejam internacionais (predominantemente dos países do Norte da Europa (Países Nórdicos, Reino Unido, Alemanha Holanda e Rússia)) por já terem revelado no mercado internacional uma forte apetência para este tipo de produto alternativo ao tradicional sol e praia.

Pelas características únicas do local e da região onde se insere (no PNSACV, próximo de Vila Nova de Milfontes, do estuário e foz do Rio Mira, da Costa atlântica do Sudoeste Alentejano e de alguns centros urbanos tradicionais) assim como pela própria filosofia de conceção e gestão deste Projeto será possível implementar uma diversificação, pouco frequente, ao nível da oferta turística que passará pela harmonização das vertentes de Natureza, Cultura, Mundo Rural, Rio, Mar, Sol, Cultura, Desporto, Ensino, entre outros.

3.1 JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

O Projeto em análise prevê a criação de um empreendimento turístico numa região onde a oferta de turismo de qualidade é escassa. O turismo representa uma atividade de grande importância social e económica em todo o mundo.

Os dados disponíveis sobre o crescimento da procura deste tipo de serviços no país em geral, mas também na região do Alentejo, e em particular do Litoral Alentejano, permitem verificar o interesse que a atividade turística assume, a nível nacional, e a importância que pode vir a reforçar ao nível da região.

Existe, portanto, espaço para o aparecimento de um Empreendimento com as características do Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa, num enquadramento natural que, só por si, dá garantias de procura por parte dos turistas.

4 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa terá um modelo de ocupação e exploração turística que se enquadra na tipologia de “Conjunto Turístico”, composto por um Hotel e 2 aldeamentos turísticos, complementados por um equipamento de animação autónoma destinado à prática desportiva e à animação de eventos temáticos.

O núcleo edificado do conjunto turístico, situado a nascente da EN393 (Núcleo A), será apoiado por outros 2 núcleos edificados que se situam a poente da EN393 (Núcleos B e C). Estes dois núcleos complementares correspondem a edificações existentes na propriedade, que com as necessárias obras de reabilitação estrutural serão adaptados às atuais exigências regulamentares. O núcleo com uma maior centralidade na propriedade preservará a atual função e destinar-se-á a prestar apoio à atividade de exploração agrossilvo-pastoril e florestal, que se pretende rentabilizar na totalidade da propriedade. O núcleo de menores dimensões, que corresponde ao lugar da Herdade da Vila Formosa, tem uma vista esplendorosa sobre a foz e estuário do Rio Mira e assumirá também funções de centro de atividades de turismo da natureza e de divulgação e promoção do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina. Seguidamente descrevem-se as várias componentes do Projeto.

4.1 CONJUNTO TURÍSTICO DE VILA FORMOSA

O Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa integra as seguintes componentes, todas elas localizadas a nascente da EN393:



- Portaria de Acolhimento, Serviços de uso comum e estacionamento;
- Hotel de 5 estrelas com Centro de Saúde e Bem-estar e Centro de Congressos (*Hotel Real Natura* – 200 Quartos; 400 camas);
- Núcleo Comercial integrando restauração, lojas e serviços;
- Aldeamento Turístico de 5 estrelas (*Natural Homes* e *Nature Palaces* – 130 moradias; 646 camas);
- Equipamento de Animação Autónomo com campos de jogos diversos, zona de diversão infantil, entre outros;
- Aldeamento Turístico de 5 estrelas (*Real Nature Residence* e *Nature Palaces* – 122 moradias; 406 camas).

4.2 PROJETOS COMPLEMENTARES

A poente da EN393, estão previstos outros projetos complementares ao Conjunto Turístico, constituídos pelos núcleos B e C. Os núcleos B e C constituem Projetos complementares do Conjunto Turístico a desenvolver no núcleo A. Estes dois núcleos complementares correspondem a edificações existentes na propriedade, que com as necessárias obras de reabilitação estrutural serão adaptados às atuais exigências regulamentares.

O Núcleo B integra o profundo vale que desagua imediatamente a montante da foz do rio. Integra também, na cabeceira desta linha de água o antigo núcleo de Vila Formosa, debruçado sobre a foz do Rio Mira e com vista sobranceira sobre a povoação de Vila Nova de Milfontes. Com uma grande variedade de solos, denso bosque autóctone nas encostas do vale, pinhal, e pastagens na zona do núcleo de casas, possui uma enorme diversidade de ecossistemas majorada pela existência de uma cascata no interior deste vale correspondente ao fim do canal do Perímetro de Rega do Mira que aqui devolve ao Rio Mira a água não utilizada. Esta zona destina-se à implementação de um “Centro de atividades de Turismo da Natureza” com funções de divulgação do parque natural, integrando as seguintes valências, através da reabilitação das edificações aí existentes

- Centro de atividades de turismo de natureza (desportos de vento; desportos fluviais; pedestrianismo, orientação, passeios a cavalo/burro de bicicleta, canoagem, windsurf, passeios de balão de ar quente), pode organizar-se em 2 subnúcleos – no planalto e na boca do vale;

- Centro de divulgação do Parque Natural e atividades económicas tradicionais / divulgação cultural e científica. (auditório; sala de exposições; instalações sanitárias). Venda de produtos tradicionais e edições científicas; oferta de atividades educativas, workshops e conferências no âmbito da atividade do Parque Natural. Proteção e recuperação de habitats e comunidades de espécies prioritárias;
- Cafeteria/restaurante de apoio aos utentes do *resort* e aos visitantes do parque natural;
- Parque de recreio de natureza, com trilhos, parque de merendas e zona de banhos;
- Cascata e ordenamento e sinalização de trilhos e circuitos equestres, pedonais e cicláveis;
- Cafeteria e restaurante panorâmico. Acesso e estacionamento automóvel.

Para o Núcleo C o programa, ainda em desenvolvimento, prevê a possibilidade de englobamento das seguintes componentes:

- Preservar a mesma valência para apoio ao *resort* na manutenção de espaços verdes, armazéns e locais de reparação; assim como às atividades de exploração agrossilvo-pastoril a desenvolver na totalidade da propriedade;
- Podem definir-se variantes a esta alternativa com o acrescento de outras valências rurais (ex.: centro hípico, estábulos, vacarias, adega, entre outras);
- Algum alojamento para o pessoal.

Adicionalmente, é previsível que parte da propriedade possa vir a ser explorada, do ponto de vista agroflorestal, aproveitando as características locais, e históricas, do local.

4.3 PROGRAMAÇÃO DO PROJETO

Prevê-se que a construção do Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa se inicie no segundo semestre de 2014 e que termine em dezembro de 2016.

4.4 INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global, desde o início do processo que consistiu na aquisição dos terrenos por parte do requerente, é de aproximadamente 109.000.000€.



4.5 CRIAÇÃO DE EMPREGO

Estima-se que a fase de construção possa gerar 600 postos de trabalho. Na fase de exploração do Projeto está prevista a criação de 240 postos de trabalho.

4.6 FASE DE DESATIVAÇÃO DO PROJETO

Tendo em conta a tipologia deste Projeto, não se perspetiva a inversão dos fatores que levaram à sua realização, não se prevendo, assim, a curto prazo, uma fase de desativação. No entanto, a eventual desativação deste Projeto pode ser efetuada com remoção integral de todas as estruturas do Projeto, ou com reabilitação das mesmas e reconversão em outra tipologia de espaço/ocupação que, à presente data, não é de todo possível de prever.

5 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO

O **clima** da região classifica-se como temperado, oceânico, predominantemente húmido e moderadamente chuvoso. Os rumos de vento mais frequentes são de norte no outono e noroeste no resto do ano, sendo as calmas pouco frequentes.

Relativamente à **geologia**, importa referir que não foram identificadas quaisquer ocorrências geológicas de particular interesse na área de estudo, que possam vir a ser afetadas pelo Projeto. Relativamente à geomorfologia, a região é constituída por uma planície litoral, sendo a superfície do terreno aplanada com cotas entre os 67 e os 38 metros. Na área prevista para o Projeto não existem falhas, embora a região seja considerada de elevada sismicidade histórica.

Relativamente à **hidrogeologia**, o Projeto localiza-se no “Setor Pouco Produtivo” da Zona Sul Portuguesa. Os sedimentos que formam os solos na área são considerados pouco permeáveis. Não foram inventariadas captações de água subterrânea na área de incidência direta do Projeto, mas apenas na sua envolvente. Verificou-se, ainda, que o sistema possui uma vulnerabilidade “Média a Alta” à poluição.

Relativamente aos **recursos hídricos superficiais**, o Projeto insere-se na bacia hidrográfica do rio Mira. Na área de estudo existem apenas duas pequenas sub-bacias hidrográficas distintas: a bacia hidrográfica do Brejo da Moita e a bacia hidrográfica do ribeiro de Vila Formosa. O ribeiro do Brejo da Moita é uma linha de água de costa. A linha de água principal tem uma extensão de cerca de 3,5 km. A bacia hidrográfica do ribeiro de Vila Formosa, afluente da margem esquerda do rio Mira, é

limitada a sul pela bacia hidrográfica do ribeiro do Brejo da Moita e a norte e leste pelo rio Mira. A linha de água principal tem uma extensão de cerca de 1,95 km.

Relativamente à **qualidade da água**, verifica-se que as pressões e impactes associados a poluição tónica mais importantes na envolvente à área de estudo, são os efluentes urbanos, identificando-se a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Almogrove e ETAR de Vila Nova de Milfontes. As estações de qualidade da água mais próximas não registaram quaisquer excedências aos valores limite estabelecidos pelos objetivos ambientais de qualidade mínima.

Em termos de qualidade da água balnear a praia das Furnas classificou-se como “EXCELENTE” no ano 2010. No ano de 2011, a Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P. (ARH do Alentejo) conduziu um conjunto de análises antes e durante a época balnear onde em todas as análises, obteve-se como resultado “Água própria para banhos”.

Quanto a outras fontes de poluição de origem tónica, não foram identificadas rejeições industriais ou provenientes de suiniculturas na envolvente ao Projeto. No presente, a Herdade de Vila Formosa não se encontra servida por redes de drenagem nem por sistemas de tratamento de efluentes. A origem do abastecimento de água ao Conjunto Turístico será o sistema público, proveniente da ETA de Vila Nova de Milfontes, localizada junto ao Empreendimento. A principal captação de abastecimento público é a captação superficial “Canal Barragem Santa Clara/ Milfontes”. De realçar que apesar de não existirem coletores de drenagem do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira nos dois prédios rústicos pertencentes ao Empreendimento Turístico, existe descarga terminal no Canal de Milfontes que atravessa a estrada nacional 393 e que descarrega para a linha de água.

Relativamente aos **solos**, na área dominam solos Podzolizados - Podzóis Não Hidromórficos com Surraipa, correspondentes a solos com limitações severas, riscos de erosão elevados, não suscetíveis de utilização agrícola, salvo casos muito especiais, e com poucas ou moderadas limitações para pastagens, exploração de matos e exploração florestal. Em termos dos usos atuais do solo, na área de estudo predomina o uso agroflorestal, com especial relevância para as pastagens e pousios que ocupam mais de metade da área de estudo, seguindo-se as áreas naturais.

Relativamente aos instrumentos de **ordenamento do território**, para a área de estudo encontram-se em vigor o Plano de Bacia Hidrográfica do Mira, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV) e o Plano Diretor Municipal (PDM) de Odemira. Foram ainda considerados o Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau, ainda que não abranja a área diretamente afeta ao Projeto, e o Programa Sectorial do Perímetro de Rega do Mira. O PDM de Odemira e o Plano de Ordenamento do PNSACV representam as duas figuras de ordenamento que



merecem maior destaque, já que é ao nível destes que se encontra prevista uma área turística para a zona de Vila Formosa.

Nos termos estabelecidos na Planta Síntese do POPNSACV (publicada em 2011) constata-se que a totalidade dos terrenos em análise é abrangida por todos os regimes de proteção da área terrestre, no entanto a área de intervenção do Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa encontra-se maioritariamente em área de “Proteção complementar II”. De acordo com a Carta de condicionantes do mesmo Plano constata-se uma interseção com áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e com o Aproveitamento Hidroagrícola do Mira.

De acordo com a Carta de Ordenamento do PDM, as infraestruturas que correspondem ao núcleo A, do Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa, encontram-se integradas em espaço turístico, espaço agrossilvo-pastoril de tipo I e, em menor dimensão, em espaços de valorização e proteção ambiental 2. A maioria da área do núcleo B, encontra-se planeado para “Espaços de Valorização e Proteção Ambiental 2” e o núcleo C “Espaços agrícolas”. Ainda no âmbito do PDM, verifica-se uma sobreposição significativa com área de RAN e menor com área de REN.

Refira-se que o Plano Diretor Municipal de Odemira foi já alterado por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (Diário da República, 2ª série, de 20 de dezembro de 2010). Consequentemente, a aplicação do PROTA aos particulares faz-se agora através da aplicação do teor regulamentar do PDM de Odemira em vigor, na sua atual redação. Assim, correspondendo à conceção normativa acima exposta, o PROTA não regula direta e imediatamente o aproveitamento da propriedade para os fins turísticos que lhe estão reconhecidos, embora se projete mediata e indiretamente através da regulamentação acolhida no Plano Diretor Municipal de Odemira.

Relativamente à **ecologia**, a área de estudo insere-se numa zona de grande importância ecológica a nível nacional e internacional, classificada como Zona de Proteção Especial, Sítio de Importância Comunitária e Área Protegida (Parque Natural). Para a flora foram inventariadas 90 espécies das quais, nove correspondem a espécies protegidas. Para a fauna foram inventariadas 141 espécies, das quais 27 espécies como sendo mais relevantes em termos de conservação. Foram determinados 11 biótopos distintos, correspondendo os prados, aos biótopos com maior área de distribuição e que são utilizados como pastagens. Foram ainda identificados três habitats prioritários. As áreas de maior relevância ecológica, da área de estudo, correspondem a áreas de ocorrência da espécie de planta *Ononis hackelii* (planta endémica da família da leguminosas, no entanto não confirmada localmente) e de outras três espécies endémicas da flora, áreas de colónias de rato de Cabrera, áreas de ocorrência de bosque de sobro, e áreas de sapal e de dunas.

Relativamente à **qualidade do ar**, a região caracteriza-se pela ausência de fontes de poluição atmosférica. As emissões de poluentes atmosféricos no concelho de Odemira são pouco significativas, situando-se entre as mais baixas ao nível dos concelhos envolventes, apresentando a área de estudo uma qualidade do ar considerada “boa”.

Relativamente ao **ambiente sonoro**, face à natureza da área, sem aglomerados urbanos na sua envolvente, à exceção de Vila Nova de Milfontes que se situa na margem oposta do rio Mira, não são assinaláveis fontes ruidosas. O concelho de Odemira, de acordo com a respetiva Câmara Municipal, não possui mapa de ruído nem classificação acústica. Dos resultados obtidos nos levantamentos acústicos efetuados, observa-se que o quadro acústico de referência se enquadra num cenário de reduzida perturbação. Com efeito, apenas o ruído de cariz rodoviário se faz sentir com maior intensidade junto de dois dos pontos de medição, face à proximidade destes com a EN393.

No que à **gestão de resíduos** diz respeito, o concelho de Odemira é abrangido pelo sistema de gestão de resíduos da AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo. O sistema de gestão de resíduos gerido pela AMBILITAL abrange, em 2010, cerca de 111 408 habitantes numa área de 6 408 km². A recolha da fração de resíduos indiferenciados, é da responsabilidade do Município de Odemira, sendo transportados posteriormente para instalações da AMBILITAL, ficando a cargo desta empresa a recolha, triagem e encaminhamento para reciclagem.

No contexto da gestão de resíduos de construção e de demolição verifica-se que, com exceção dos resíduos perigosos, todos os outros resíduos são classificados como resíduos não perigosos, podendo ser depositados em aterros específicos de Resíduos Não Perigosos ou em aterros de Resíduos Sólidos Urbanos com autorização de receção de Resíduos Não Perigosos.

Relativamente ao **património**, foram identificados alguns elementos patrimoniais que foram documentados em trabalho de campo. Genericamente considera-se que a área de afetação do Projeto se integra num território sensível do ponto de vista patrimonial, com inúmeras referências a sítios. Não são assinaláveis elementos patrimoniais classificados e consequentes áreas de proteção. No entanto, regista-se a existência, particularmente, na área atualmente ocupada pela Herdade de Vila Formosa e Montalvo, de uma abundância de sítios arqueológicos com dispersão costeira, sítios de ar livre cuja ocupação remonta à Pré-História Antiga.

Relativamente ao **enquadramento social e económico** da área, a análise demográfica centrou-se na freguesia de São Salvador, uma vez que são escassos os dados para a nova freguesia de Longueira/Almograve, publicados no censo 2011. Contudo registou-se que a nova freguesia possuía em 2011, 1 353 habitantes e uma densidade populacional de 14,8 hab./km²



Entre 2001 e 2011, o concelho de Odemira, não registou uma variação de população residente. O grupo etário mais jovem é, ao nível do concelho e freguesia, o que perde mais indivíduos, no sentido inverso verifica-se um aumento do grupo dos indivíduos com mais de 65 anos. A percentagem de população sem qualquer nível de ensino tem uma expressão muito elevada no concelho de Odemira, representando quase um terço da população. A taxa de desemprego no concelho de Odemira, é manifestamente elevada, registando, entre 1991-2001, uma evolução muito negativa, de aproximadamente 1,7% para 8,4 %, e ao nível da freguesia de 2,7 % para 7,6 %.

Nas atividades económicas é o setor terciário que, em todos os níveis, emprega o maior número de indivíduos. O setor menos empregador na freguesia da área de estudo, em 2001, era o setor Secundário. Em Odemira o setor secundário emprega aproximadamente um quarto da população em atividades ligadas à indústria. No final de 2006, o concelho de Odemira tinha 2 208 empresas, correspondendo a aproximadamente 3,4 % das empresas da Região Alentejo.

No que diz respeito à oferta turística, entre 2006 e 2010 a região do Alentejo registou um incremento de 10,6% no número total de estabelecimentos hoteleiros, com mais 15 unidades, totalizando assim em 2010, 157 unidades. Na sub-região, Alentejo Litoral, o crescimento foi de 15,4% (mais 6 unidades), no concelho de Odemira não surgiram neste período novos estabelecimentos hoteleiros, tendo inclusive, ocorrido um decréscimo de uma unidade.

O concelho de Odemira conta com a presença de várias instituições de apoio ao emprego e formação profissional, das quais se destacam o Gabinete de Inserção Profissional de Odemira, que funciona como Pólo do Centro de Emprego de Sines, a Fundação Odemira e Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira (TAIPA).

No que se refere às acessibilidades, a estrada que atravessa a Ponte sobre o Rio Mira, EN 393, cruza toda a área de estudo e consiste na alternativa de excelência para aceder à Herdade, localizada a Sul de Vila Nova de Milfontes.

Relativamente à **paisagem**, a área em estudo insere-se no grupo de unidade de paisagem – Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino; e unidades de paisagem Vale do Mira e Litoral Alentejano e Vicentino. Este grupo de unidade de paisagem é constituído por uma planície litoral, delimitada por arribas sobre o oceano. Na planície verificam-se ligeiras oscilações altimétricas, com exceção do entalhe correspondente ao vale do rio Mira e, ainda, por outros rasgos menores referentes a linhas de água secundárias. Ao longo da linha costeira sucedem-se arribas de xisto, com altura variável, que se desmoronam ou isolam mar a dentro, e que se articulam com encaixes ou interrupções de pequenas praias.



Os principais valores visuais da paisagem da área de estudo correspondem à povoação de Vila Nova de Milfontes, ao oceano Atlântico, às praias, às arribas, aos sapais e à foz e vale do rio Mira. A área de estudo apresenta reduzida capacidade para absorver visualmente atividades humanas, uma vez que se encontra muito exposta visualmente, decorrente da sua topografia plana. Genericamente pode afirmar-se que a área de estudo possui uma paisagem com um carácter rural de elevado valor paisagístico, através de uma vasta expressão a nível das visibilidades, com um diversificado e profundo sistema de vistas e pontos de vista dominantes.

6 AVALIAÇÃO DOS IMPACTES AMBIENTAIS DO PROJETO E PRINCIPAIS MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Relativamente ao **clima**, na fase de construção não se esperam impactes com significado decorrentes do Projeto. Na fase de exploração, verificar-se-á um aumento ligeiro da temperatura do ar junto às edificações, parques de estacionamento e na envolvente próxima, resultante da reflexão da energia solar nas superfícies dos edifícios e instalações de apoio, que afetará a temperatura do ar localmente.

Os impactes negativos sobre a **geologia** irão verificar-se sobretudo na fase de construção das infraestruturas e edifícios. Estes impactes poderão ocorrer no período construtivo devido à execução de escavações, movimentação e deposição de terras, circulação de maquinaria, entre outros, provocando pontualmente alterações nas características geomorfológicas e eventualmente na qualidade dos recursos hídricos subterrâneos, devido a derrames acidentais de óleos e combustíveis do equipamento em uso na obra, efluentes dos estaleiros, entre outras ações.

Relativamente aos **recursos hídricos superficiais** os impactes na fase de construção, em termos de intervenções diretas em linhas de água são pouco significativos uma vez que as linhas de água existentes no local constituem troços de cabeceira, muitas vezes impercetíveis no terreno. Relativamente aos impactes na rede de rega existente na área, verifica-se que esta constitui parte do troço terminal da rede de rega associada ao distribuidor de Montalvo que será substituída pela rede de rega às zonas verdes do Empreendimento. Na fase de exploração os impactes estão relacionados com os consumos de água. No que se refere à água potável, consideram-se impactes negativos, significativos, face aos volumes envolvidos e à necessidade de alterações a efetuar na estação de tratamento de água municipal e no sistema adutor. Em relação à água para rega as necessidades serão satisfeitas pelo efluente tratado na estação de tratamento de águas residuais e pela reutilização de águas pluviais, pelo que se considera o impacte pouco significativo, de magnitude reduzida e minimizável pela adoção das medidas de controlo ambiental previstas. Os impactes na **qualidade da água** com origem na exploração do Empreendimento de Vila Formosa embora negativos, são pouco significativos e de magnitude reduzida, por um lado face ao facto de os efluentes a descarregar sofrerem um tratamento



terciário, com desinfeção, e por outro pelo facto das descargas serem minimizadas pela possibilidade da sua utilização para rega. Na manutenção dos espaços verdes, a vegetação usada na estrutura verde pertence ao elenco de vegetação autóctone. Propõem-se espaços verdes com revestimento maioritariamente com mata autóctone e prados perenes. Assegura-se assim, uma baixa dependência de fertilizantes, pesticidas e baixas necessidades hídricas, tornando o impacte pouco significativo, de magnitude reduzida e minimizável. Na fase de desativação os impactes prendem-se com a eventual falta de manutenção das redes de drenagem e outras infraestruturas, no caso da desativação com abandono, podendo resultar em impactes negativos de algum significado. No caso da desativação com desmantelamento os impactes são semelhantes aos já descritos para a fase de construção.

Relativamente aos **solos**, os principais impactes negativos decorrerão na fase de construção devido à ocupação temporária do solo, às ações de decapagem e terraplenagem, à compactação dos terrenos, à movimentação de máquinas e veículos afetos à obra, entre outros. Considera-se que estes impactes serão pouco significativos, temporários, parcialmente reversíveis e minimizáveis, através da boa gestão ambiental das frentes de obra e de estaleiro que se propõem. Na fase de exploração a melhoria das condições do solo, com vista ao aumento da sua produtividade e a introdução de vegetação autóctone e de uma área rega de qualidade, é um impacte positivo. Os impactes da fase de desativação do Projeto sobre os solos dependerão da forma como esta se vier a processar. A remoção das infraestruturas indutoras de impermeabilização e que comprometem outros usos do solo, acarretarão impactes positivos. Caso a desativação do Projeto consista no abandono das infraestruturas, os impactes negativos decorrentes do Projeto em termos de comprometimento dos solos para outros fins permanecerá.

Genericamente, considera-se que o Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa se apresenta como um Projeto que dá resposta ao que se encontra previsto em termos dos **instrumentos de gestão territorial** em vigor, na medida em que visa um Projeto turístico em harmonia com os valores paisagísticos e naturais da área e da região em que se insere. Tal representa um impacte positivo e significativo de âmbito regional e mesmo nacional.

Ao nível de pormenor, verifica-se a sobreposição de alguns Projetos/equipamentos do Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa, com algumas condicionantes ao uso do solo em vigor nas várias figuras de ordenamento que, podem e deverão ser considerados na fase de desenvolvimento do Projeto de Execução. Em termos globais, a prossecução do Projeto pressupõe ainda, que seja concretizado e concedido o pedido de desafetação da área do Perímetro de Rega do Mira. A faixa de serventia que garante a segurança do Canal de Milfontes e do Distribuidor de Montalvo, também deverá ser tida em linha de conta, aquando da definição do Projeto de Execução.



Os impactes sobre a **ecologia**, durante a fase de construção, advirão das atividades de remoção do coberto vegetal, movimentações de terras, de máquinas e veículos e conseqüente perturbação da área. Na generalidade, considera-se que os impactes possuem baixa significância tendo em conta que os biótopos alvo de maior perturbação e intervenção, correspondem a “Pastagens” e “Pousios”. Há no entanto que ter em conta que estes biótopos poderão albergar núcleos populacionais da planta prioritária *Ononis hackelii*, tendo este impacte sido considerado potencial e de moderada significância ecológica. Relativamente à fauna, considera-se que poderão ocorrer impactes sobre as colónias de rato de Cabrera, também de significância moderada. São propostas medidas cautelares que salvaguardam os potenciais impactes sobre estas espécies, através de ações a implementar antes da obra. Na fase de exploração os principais impactes negativos decorrerão da maior presença humana na área de incidência do Projeto, embora estes sejam considerados pouco significativos. Os impactes da fase de desativação do Projeto sobre os ecossistemas dependerão da forma como esta se vier a processar. Caso se proceda à remoção das infraestruturas, os impactes serão em tudo semelhantes aos identificados para a fase de obra, já que implicarão atividades de movimentações de terras, terraplenagem, circulação de veículos e maquinaria, entre outros. A remoção das infraestruturas poderá a longo-prazo ser indutora de impactes positivos, na medida em que se poderão estabelecer novas comunidades vegetais e animais. Caso a desativação do Projeto consista no abandono das infraestruturas, os impactes negativos decorrentes do Projeto em termos de perda de habitat permanecerá, embora as infraestruturas abandonadas possam vir a ser ocupadas por algumas espécies.

Relativamente à **qualidade do ar**, os impactes durante a fase de construção têm um carácter negativo, mas serão temporários, estando os recetores sensíveis afastados dos locais de obra, tornando estes impactes pouco significativos e minimizáveis, com as medidas de carácter ambiental propostas para a correta gestão de estaleiros e frentes de obra. Na fase de exploração são esperados impactes negativos, devido ao aumento do volume de tráfego e conseqüentemente ao aumento das emissões, embora estes sejam considerados pouco significativos e apenas locais.

Na fase de construção poderão também ocorrer impactes no **ambiente sonoro**, negativos com magnitudes médias a elevadas, embora temporários e reversíveis, cessando totalmente após a conclusão das obras, e afetando um número reduzido de recetores, podendo assim ser considerados pouco significativos. Além disso, são propostas medidas para a sua minimização. Na fase de exploração, pode prever-se que não ocorrerão impactes acústicos negativos sensíveis.

Os impactes associados à **gestão de resíduos** dependem das quantidades, condições de armazenagem temporária, capacidades de valorização e tipologia dos destinos finais, a estabelecer para os diferentes tipos de resíduos, nas diferentes fases do Projeto. Assim, aos impactes induzidos pela



produção de resíduos, associa-se uma magnitude que dependerá, sobretudo, das medidas de gestão adotadas e contempladas no Plano de Gestão de Resíduos a adotar, quer na fase de construção, quer de exploração. Na fase de desativação, os impactes serão semelhantes aos da fase de construção, devendo à data ser efetuado um Plano de Gestão de Resíduos, que defina as metodologias e destinos finais dos mesmos de acordo com a realidade à data e com o enquadramento legal existente, de modo a minimizar os impactes negativos desta fase.

Relativamente ao **património**, a mobilização de solos (escavação, aterro e terraplanagem) constitui o principal fator de indução de impactes diretos, uma vez que inviabiliza a conservação de contextos arqueológicos no subsolo ou a manutenção de elementos edificados *in situ*. Não se perspetivam impactes negativos e significativos ao nível da fase de desativação.

Genericamente considera-se que a área de afetação do Projeto se integra num território sensível do ponto de vista patrimonial, com inúmeras referências a sítios. Não são assinaláveis elementos patrimoniais classificados e conseqüentes áreas de proteção. No entanto, existem diversos registos arqueológicos que merecem algumas considerações e a implementação de medidas de minimização.

Ao nível da **socioeconomia**, o Projeto apresentará um conjunto de mais-valias de valor considerável, permitindo a recuperação, de forma ambientalmente enquadrada, de uma área com características especialmente adequadas à exploração turística, atualmente abandonada em termos agrícolas. Salienta-se ainda a importância do Projeto a nível regional, pela promoção e diversificação da oferta turística da Região, atraindo para o Concelho Odemira população com elevado poder de compra. Haverá algumas afetações negativas, de significado reduzido, fundamentalmente durante a fase de construção mas que serão, claramente, compensadas pelas positivas, mesmo nessa fase, pela geração de emprego e revitalização do tecido económico do concelho.

A fase de desativação do Projeto pode traduzir-se num aumento do número de desempregados na região e a um empobrecimento ao nível das atividades económicas que direta e indiretamente beneficiam da exploração do empreendimento. No sentido de minimizar este impacte, propõe-se uma desativação do Projeto planeada e faseada no tempo e que contemple com uma reinserção gradual dos funcionários no mercado de trabalho.

Relativamente à **paisagem**, considera-se que o Empreendimento provocará, quer na fase de construção, quer na fase de exploração, uma alteração das características da paisagem. Estas alterações modificarão o cariz da paisagem local, não se considerando contudo, que a venham a degradar. Na fase de construção haverá uma desorganização espacial, que terá reflexos negativos na paisagem local, mas que será apercebida, fundamentalmente, a partir do interior da própria área de intervenção. Na fase de exploração, a presença da área edificada será percebida a partir do

exterior, ainda que toda a conceção do Projeto tenha sido pensada para a sua integração na paisagem, o que reduz, fortemente, os potenciais impactes resultantes.

7 MONITORIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

De acordo com a legislação em vigor, todos os projetos alvo de um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental devem ser acompanhados, durante a fase de construção e exploração, de um programa de monitorização.

Assim, as medidas de minimização identificadas deverão ser ajustadas em função dos resultados práticos obtidos, podendo algumas ser abandonadas se se evidenciarem como não necessárias e outras melhoradas em resultado do programa de monitorização.

Embora o Programa de Monitorização agora proposto seja tão desenvolvido quanto possível face à fase atual do Projeto, este deverá ser posteriormente aprofundado, em fase de Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução, segundo as diretrizes constantes no Anexo II, ponto n.º 3, VI, alínea b) da Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril.

O Programa de Monitorização foi desenvolvido para os descritores para os quais o Estudo de Impacte Ambiental determinou essa necessidade, designadamente, efluentes líquidos, emissões gasosas, recursos hídricos subterrâneos, ambiente sonoro, ecologia e lamas da Estação de Tratamento de Águas Residuais a construir.

Na fase de construção, os resultados obtidos nas campanhas de monitorização serão interpretados e avaliados, sendo posteriormente apresentados em relatórios de monitorização, a integrar nos Relatórios de Acompanhamento Ambiental.

Este Acompanhamento Ambiental é definido pelo Proponente através de um Sistema de Gestão Ambiental, cuja apresentação será exigida no respetivo Caderno de Encargos da empreitada de construção do Projeto, de modo a garantir o cumprimento e a implementação de todas as ações e medidas ambientais que os empreiteiros terão que cumprir ao longo da execução da obra.

O Sistema de Gestão Ambiental incluirá também um Plano de Gestão de Resíduos, que identificará os principais tipos e quantidade de resíduos produzidos, a sua classificação segundo a Lista Europeia de Resíduos, a sua origem, transporte e destino final (explicitando as empresas responsáveis pelo transporte, os locais de destino final e as licenças das operações realizadas), garantindo a utilização de guias de acompanhamento de resíduos.



O Acompanhamento Ambiental incluirá também o acompanhamento arqueológico, a realizar por um arqueólogo, em todas as operações que impliquem a remoção e o revolvimento de solo (desmatização e decapagens superficiais em ações de preparação ou regularização do terreno) e a escavação no solo e subsolo.

O acompanhamento arqueológico permitirá igualmente assegurar a implementação das medidas de minimização definidas no EIA, nomeadamente ao nível das sondagens arqueológicas de diagnóstico a realizar nos sítios arqueológicos aos quais se sobrepõem infraestruturas do Projeto e reabilitação do edificado de forma a manter as suas características originais.

Para a fase de exploração propõe-se a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, para o Projeto de Desenvolvimento Turístico e Ambiental de Vila Formosa que inclua também a Estação de Tratamento de Águas Residuais. Este Sistema de Gestão Ambiental definirá procedimentos de gestão de efluentes, resíduos, controlo de consumos de água e de consumos de fertilizantes e fitofarmacêuticos, entre outros.